

Nota prévia	1
Biliografia geral elementar	7
Plano do curso	9

I — INTRODUÇÃO

1. Noção de Direito do trabalho. O trabalho objecto do Direito do trabalho.....	13
1.1. Noção de Direito do trabalho	13
1.2. O trabalho objecto do Direito do trabalho.....	14
1.3. A relativa modernidade do fenómeno trabalho objecto do Direito do trabalho.....	17
2. Evolução geral do Direito do trabalho	18
2.1. A Antiguidade Clássica	18
2.2. Idade Média	20
2.3. Idade Moderna.....	22
2.4. Revolução industrial	23
2.5. O nascimento do Direito do trabalho no final do século xix.....	33
2.6. O Direito do trabalho a partir da I Guerra Mundial	36
2.7. O Direito do trabalho no último quartel do século xx	41
3. Evolução histórica do Direito do trabalho em Portugal	43
3.1. Antes do liberalismo	43
3.2. O período da Monarquia Constitucional e da I República.....	47
3.2.1. Monarquia Constitucional	47
3.2.2. I República.....	60

3.3. Período do Estado Novo Corporativo	66	10.1. Noções gerais	115
3.4. Período contemporâneo (desde 1974).....	75	10.1.1. Noções gerais: introdução.....	115
4. Âmbito do Direito do trabalho.....	81	10.1.2. Noções gerais: os vários tipos de sindicalismo	116
5. Importância e autonomia científica do Direito do trabalho. Princípios dominantes. Caracterização do Direito do trabalho. Relação com outros ramos do Direito	83	10.1.3. Noções gerais: conceito de sindicato no Direito português	118
5.1. Importância do Direito do trabalho	83	10.1.4. Noções gerais: o sindicato e a representação de uma categoria.....	119
5.2. Autonomia científica. Princípios dominantes	86	10.1.5. Noções gerais: a importância do sindicalismo no Direito do trabalho.....	120
5.3. Caracterização do Direito do trabalho	90	10.2. Princípio da liberdade sindical	121
5.4. Relações com outros ramos do Direito.....	92	10.2.1. Noção	121
II — QUADROS INSTITUCIONAIS		10.2.2. O direito de constituição de sindicatos.....	122
A. Organizações Internacionais		10.2.3. Os sistemas de pluralismo sindical e de monopólio	123
6. A ONU e outras instituições internacionais. A Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Comunidade Europeia.....	96	10.2.4. Sistemas de pluralismo sindical e monopólio (cont.). O caso português	125
6.1. A ONU e outras instituições internacionais.....	96	10.2.5. A liberdade sindical positiva e negativa	131
6.2. A Organização Internacional do Trabalho (OIT)..	96	10.3. Princípio da autonomia sindical	133
6.3. A Comunidade Europeia	100	11. A organização sindical	137
B. Organização Estadual		11.1. Os níveis de organização no plano nacional e a representação das associações sindicais.....	137
7. O Ministério do Emprego. Referência especial à Inspeção do Trabalho	102	11.2. A configuração estrutural do sindicalismo português	143
7.1. Ministério do Emprego	102	11.3. A organização sindical no plano internacional	145
7.2. Inspecção-Geral do Trabalho	105	11.4. Os estatutos das associações sindicais.....	146
8. A jurisdição do trabalho (tribunais do trabalho).....	106	11.5. Os órgãos das associações sindicais	146
9. Os órgãos de concertação	109	11.6. Os dirigentes sindicais	147
C. Sindicatos		11.7. Os associados	151
10. Noções gerais. O sindicalismo e o Direito do trabalho..., Princípios fundamentais: a liberdade sindical e a autonomia sindical	109	12. A actividade sindical.....	152
	115	12.1. As várias frentes da acção sindical	152
		12.2. A reivindicação e o conflito.....	153
		12.2.1. A reivindicação	153
		12.2.2. Conflitos colectivos (noção)	154
		12.2.3. Processos de negociação e processos pacíficos de solução dos conflitos colectivos.....	156

12.2.3.1. A negociação de convenções colectivas.....	156	17.1. A institucionalização das comissões sindicais	218
12.2.3.2. Processos pacíficos de solução de conflitos colectivos	162	17.2. As organizações sindicais na empresa	219
12.2.4. As soluções jurisdicionais.....	164	17.3. Funcionamento da organização sindical na empresa	220
12.2.5. A intervenção governamental.....	165	17.4. Protecção aos titulares dos órgãos sindicais na empresa.....	223
12.3. A greve	165	18. As comissões de trabalhadores	224
12.3.1. Noções gerais	165	18.1. A institucionalização das comissões de trabalhadores	224
12.3.2. A greve em Portugal.....	168	18.2. O regime das comissões de trabalhadores.....	226
12.3.3. O processo de declaração da greve.....	170	18.2.1. Noção	226
12.3.3.1. A decisão de greve.....	170	18.2.2. Constituição.....	226
12.3.3.2. A decisão de greve (cont.). A proclamação.....	172	18.2.3. Composição e mandato.....	227
12.3.3.3. O pré-aviso.....	173	18.2.4. Poderes.....	227
12.3.4. A situação de greve	174	18.2.5. Funcionamento	230
12.3.5. Efeitos da greve.....	177	18.3. Protecção aos membros das comissões de trabalhadores.....	231
12.3.6. A cessação da greve.....	182		
12.3.7. Natureza jurídica	184		
12.3.8. A greve ilícita.....	186		
12.3.9. Consequências da greve ilícita	192		
12.3.10. Formas ilícitas de luta laboral.....	196		
D. Associações patronais		III — FONTES DE DIREITO DO TRABALHO	
13.1. Noções gerais.....	197	19. Fontes comuns externas. Convenções internacionais (referência às convenções da OIT e ao Direito comunitário)	234
13.2. Atribuições e suas limitações.....	198	20. Fontes comuns internas	237
13.3. Níveis e organização.....	199	a) Constituição.....	237
E. Empresa		b) Leis e decretos-leis. Outras normas. Participação dos trabalhadores na elaboração na legislação.....	238
14. As várias concepções de empresa para o Direito. O ponto de vista do Direito do trabalho.....	200	c) Jurisprudência	242
15. O empregador e a empresa: poderes da entidade patronal em relação à empresa	209	d) Doutrina	243
16. As organizações dos trabalhadores na empresa. Linhas gerais	211	e) Costume	243
17. As comissões sindicais de empresa.....	218	21. Fontes próprias — os instrumentos de regulamentação colectiva	244
		a) Noção e tipos de convenção colectiva de trabalho....	244
		b) Conteúdo das CCT	246
		c) Outorga e forma das CCT	248
		d) Aplicação, força obrigatória e natureza jurídica das CCT	248

e) Adesão e extensão das CCT	252	24.2.4. Contrato de trabalho e contratos de fornecimento de mão-de-obra ou de «trabalho temporário».....	299
f) As portarias de regulamentação do trabalho.....	252	24.2.5. Contrato de empreitada e contrato de trabalho	300
22. Aplicação do Direito do trabalho. O princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador. A hierarquia das normas, a interpretação, a integração e a aplicação das normas no tempo. Aplicação das normas no espaço.	253	25. Contratos equiparados. O trabalho autónomo. Contratos de trabalho em regime especial.....	300
22.1. Indicação da sequência.....	253	25.1. Contratos equiparados	300
22.2. O princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador	254	25.2. O trabalho autónomo. Casos duvidosos.....	302
22.3. A hierarquia das normas.....	255	25.3. Contratos de trabalho em regime especial	304
22.3.1. O princípio do tratamento mais favorável e a hierarquia das normas	255	B. Sujetos do contrato de trabalho	
22.3.2. O declínio do princípio do tratamento mais favorável nas relações lei/CCT	257	26. O empregador (entidade patronal): a empresa	307
22.3.3. As cláusulas contratuais, a hierarquia das normas e o princípio do tratamento mais favorável. O «cúmulo» e a «conglobação»	260	26.1. Noção de empregador ou entidade patronal	307
22.4. A interpretação e o princípio do tratamento mais favorável	264	26.2. Entidade patronal e empresa; chefe de empresa e empresário.....	308
22.5. Integração.....	267	26.3. Os diversos tipos de entidades patronais.....	314
22.6. Aplicação das normas no tempo	267	27. Trabalhadores. Espécies	315
22.7. Aplicação das normas no espaço.....	280	27.1. Noção. O Direito do trabalho e o trabalhador. Trabalhador em sentido amplo: os trabalhadores autónomos e os da função pública	315
		27.2. Espécies.....	316
IV — CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO		28. Qualificações subjectivas do trabalhador: a) antiguidade; b) a categoria	319
A. Noções gerais		C. Conteúdo do contrato de trabalho	
23. Noção. Análise da definição legal de contrato de trabalho	284	29. A posição do empregador. Os poderes do empregador: a) poder directivo; b) poder disciplinar (referência ao processo disciplinar); c) poder regulamentar — os regulamentos internos.....	324
24. Características do contrato de trabalho e figuras próximas	291	30. A posição do trabalhador — direitos e garantias. Os deveres.....	337
24.1. Características do contrato de trabalho.....	291	31. A protecção da categoria do trabalhador. A comissão de serviço.....	341
24.2. O contrato de trabalho e figuras próximas.....	297		
24.2.1. Contrato de trabalho e contrato de sociedade	297		
24.2.2. Contrato de trabalho e contrato de mandato	297		
24.2.3. Contrato de trabalho e contrato de agência.	298		

32. O local do trabalho.....	346	34.3.4. Limitações às formas de extinção da obrigatoriedade de retribuição	404
32.1. A fixação do local do trabalho	346	34.3.4.1. Impossibilidade de renúncia	404
32.2. O poder directivo e o local do trabalho	348	34.3.4.2. Insusceptibilidade de cessão	405
32.3. A garantia de inamovibilidade.....	350	34.3.4.3. Insusceptibilidade de compensação	405
32.4. As possibilidades de transferência unilateral.....	350	34.3.5. Impenhorabilidade	406
32.5. As transferências previstas no contrato.....	353	34.3.6. Meios de tutela relativos ao não cumprimento de retribuição	407
32.6. Despesas impostas pela transferência	355	34.3.7. Documento a entregar ao trabalhador e recibo	409
33. O tempo do trabalho (duração e horário)	355	34.3.8. Prescrição	410
33.1. Questões gerais.....	355		
33.1.1. Evolução legislativa	355		
33.1.2. Conceitos básicos.....	356		
33.2. Período normal de trabalho	359		
33.3. Período de funcionamento	361		
33.4. Horário de trabalho.....	363		
33.5. A anualização do tempo de trabalho.....	366		
34. A retribuição	367		
34.1. Noções gerais	367		
34.1.1. Preliminares	367		
34.1.2. As normas internacionais e constitucionais ..	370		
34.1.3. As políticas de fixação das retribuições e seus condicionamentos jurídicos: os salários mínimos	373		
34.1.4. A retribuição em sentido jurídico.....	381		
34.1.5. A estrutura da retribuição.....	385		
34.1.6. A determinação e cálculo da retribuição. A retribuição em concreto e a retribuição modular.....	393		
34.2. Cumprimento da retribuição	399		
34.2.1. Formas de cumprimento	399		
34.2.2. Lugar do cumprimento	400		
34.2.3. Tempo do cumprimento.....	400		
34.3. A tutela da retribuição.....	401		
34.3.1. A não discriminação e o princípio da igualdade	401		
34.3.2. A irredutibilidade da retribuição.....	402		
34.3.3. A conservação da retribuição mesmo sem trabalho efectivo.....	403		
		D. Constituição e formação do contrato de trabalho	
		35. A liberdade de trabalho e o direito ao trabalho	411
		36. Formação do contrato de trabalho: elementos essenciais e acidentais. Contrapromessa. Forma.....	413
		36.1. Elementos essenciais do contrato	413
		36.2. Elementos acidentais do contrato	417
		36.2.1. Condição	417
		36.2.2. Termo.....	417
		36.3. Contrato-promessa.....	418
		36.4. Forma	418
		37. Período de experiência.....	419
		38. A invalidade do contrato de trabalho.....	420
		E. Interrupção e suspensão do contrato de trabalho	
		39. Os descansos diários, pausas, descansos semanais e feriados.....	421
		39.1. Introdução.....	421
		39.2. Descansos diários.....	422
		39.3. Descanso semanal	422
		39.4. Feriados	424
		40. Férias	425

40.1. Evolução legislativa.....	425	45.3. Linhas gerais do instituto	461
40.2. Fundamento do direito a férias	426	45.4. Impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva [art. 4.º, b) L. Desp.].....	461
40.3. Duração	426	45.5. Reforma do trabalhador.....	464
40.4. Período de referência e data de vencimento	428		
40.5. Retribuição durante as férias	430		
40.6. Gozo do direito a férias	431		
40.7. Tutela do direito a férias	433		
41. Faltas	433	46. Caducidade (cont.): o caso especial dos contratos a termo (ou a prazo).....	465
41.1. Noção	433	46.1. Noção	465
41.2. Modalidades	434	46.2. Evolução legislativa.....	465
41.2.1. Faltas justificadas	434	46.3. Efeitos.....	467
41.2.2. Faltas injustificadas	436	46.4. Requisitos.....	468
41.3. Outras ausências (licenças).....	436	46.5. Espécies e regime dos contratos de trabalho a termo	470
42. A suspensão por motivo do trabalhador.....	437	46.6. Tutela do trabalhador	471
42.1. Questões gerais relativas à suspensão (quer oca- sionada pelo trabalhador, quer pelo empregador). .	437	46.7. Protecção da duração estabelecida no caso de rup- tura <i>ante tempore</i>	472
42.2. A suspensão por impedimento prolongado do trabalhador. Fontes normativas.....	439		
42.3. Âmbito e regime	440	47. A revogação	472
43. A suspensão por motivos da entidade patronal; o <i>lay off</i>	442	47.1. Evolução legislativa.....	472
43.1. Questões gerais.....	442	47.2. Regime	472
43.2. O sistema do <i>lay-off</i>	445	47.3. A revogação e a reforma antecipada.....	474
F. Extinção do contrato de trabalho	447	47.4. A revogação com efeitos práticos obtidos pela suspenção consensual. A pré-reforma.....	477
44. Os problemas da extinção do contrato de trabalho. O princípio constitucional da segurança no emprego. As formas de extinção.....	448	48. O despedimento: questões gerais.....	478
44.1. Problemas da extinção do contrato de trabalho: interesses subjacentes	448	48.1. Introdução.....	478
44.2. Evolução legislativa	451	48.2. Espécies de despedimento	481
44.3. O princípio constitucional da garantia da segurança no emprego.....	454	48.3. Direito comparado.....	481
44.4. As formas de extinção do contrato de trabalho....	459	48.4. O despedimento e a garantia da segurança de emprego	483
45. A caducidade do contrato.....	460	49. O despedimento patronal imediato com justa causa «sub- jectiva»	486
45.1. Noção	460	49.1. Evolução legislativa	486
45.2. Evolução histórica.....	460	49.2. Princípios gerais. O conceito de justa causa	488
		49.3. Processo de despedimento com justa causa.....	502
		49.3.1. Evolução.....	502
		49.3.2. Princípios gerais.....	503
		49.3.3. Iniciativa e instrução do processo. Nota de culpa	504

49.3.4. Defesa do trabalhador	507
49.3.5. Decisão.....	508
49.3.6. Nulidades do processo	508
49.3.7. Processo em casos especiais.....	509
49.4. Improcedência da justa causa	510
50. O despedimento patronal com justa causa «objectiva»:	
eliminação do posto de trabalho	514
50.1. Noções gerais.....	514
50.2. Requisitos da cessação	515
50.3. Selecção social	517
50.4. Processos de despedimento	517
50.5. Impugnação	519
50.6. Tutela do trabalhador despedido	520
51. O despedimento patronal por inadaptação do trabalhador ao posto de trabalho	522
51.1. Evolução legislativa.....	522
51.2. Noções gerais.....	522
51.3. Processo de despedimento.....	524
51.4. Impugnação	525
51.5. Tutela do trabalhador despedido	526
52. O despedimento colectivo	526
52.1. Evolução legislativa.....	526
52.2. Noção	527
52.3. Processo de despedimento colectivo	528
52.4. Impugnação	531
52.5. Tutela do trabalhador despedido	533
53. A denúncia e a rescisão pelo trabalhador	533
54. O despedimento ilícito.....	534
54.1. Consequências do despedimento ilícito.....	534
54.2. Situações que dão lugar à aplicação das consequências do despedimento ilícito	540
55. Aspectos especiais da extinção.....	543
ADITAMENTO DE ACTUALIZAÇÃO	545